



**CONSELHO DA  
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 14 de Dezembro de 2005  
(OR. en)**

**15576/1/05  
REV 1**

**POLGEN 46  
INF 200**

**NOTA**

de:	Presidência UK e próxima Presidência austríaca
Assunto:	Relatório intercalar sobre os debates nacionais realizados durante o período de reflexão sobre o futuro da Europa

Na sequência da declaração dos Chefes de Estado e de Governo na sessão do Conselho Europeu em Junho de 2005 sobre a ratificação do Tratado que estabelece uma constituição para a Europa, junto se enviam, à atenção das delegações, os contributos dos Estados-Membros sobre a questão em epígrafe. O presente relatório intercalar deverá contribuir para a avaliação global dos debates nacionais no primeiro semestre de 2006 sob a Presidência austríaca, conforme acordado pelo Conselho Europeu em Junho de 2005.

**BÉLGICA****CONTRIBUTO DA DELEGAÇÃO BELGA**

1. A Bélgica, após o Conselho Europeu de Junho de 2005, prosseguiu com o processo de ratificação do Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa. Na Bélgica, o Tratado Constitucional deve receber a aprovação do Parlamento Federal, mas também a das assembleias parlamentares das Regiões e das Comunidades. Esta particularidade assegurou de facto uma descentralização dos debates sobre o futuro da Europa. O procedimento de aprovação prossegue nesta altura a nível do Parlamento flamengo.
2. O Parlamento Federal iniciou, além disso, um debate sobre o futuro da União Europeia. A iniciativa foi lançada pelo Comité de Pareceres encarregado das Questões Europeias. Esse Comité, cujas reuniões são abertas ao público, reúne membros da Câmara dos Representantes, do Senado, bem como os membros belgas do Parlamento Europeu. Em 19 de Outubro de 2005 realizou-se um debate em que participou o Primeiro-Ministro sobre o tema "*O futuro da União Europeia – De que Europa precisamos?*". Esse debate será seguido de outras iniciativas durante o primeiro semestre de 2006.
3. Tendo em vista permitir aos cidadãos expressarem mais directamente as suas impressões e expectativas acerca da construção europeia, a Bélgica organizará debates descentralizados. Serão assim realizados debates nas Comunidades e Regiões, e nomeadamente nas dez Províncias belgas, em estreita coordenação com o centro belga de informação *Europe Direct*, os quais propiciarão, a nível provincial, um diálogo entre responsáveis políticos e a população. Tais debates deverão ser preparados através da divulgação de informações sobre a acção da União Europeia em domínios de interesse directo para os cidadãos.
4. Uma das implicações essenciais do período de reflexão consiste em assegurar a confiança dos cidadãos no projecto de integração europeia. Tal objectivo requer, nomeadamente, uma melhor comunicação sobre o que é a União Europeia e sobre a sua mais-valia. Para o efeito, foram já e continuarão a ser utilizados diferentes instrumentos de informação, nomeadamente o sítio Internet, <http://www.diplomatie.be/fr/policy/Europa/constitution/default.asp>, além de eventos, seminários e distribuição de documentação.

5. O Governo Belga continuará, neste contexto, a consagrar particular atenção às necessidades de determinados públicos específicos, como as gerações jovens (alunos e estudantes), para os quais a disponibilização de instrumentos didácticos e as acções de sensibilização específicas serão prosseguidas em colaboração com a Representação da Comissão Europeia junto da Bélgica e o Gabinete de Informação para a Bélgica do Parlamento Europeu. Paralelamente às acções directamente organizadas pelas entidades públicas, estas dispensam também apoio a múltiplas iniciativas lançadas por grupos de pressão e organizações da sociedade civil.
-

## CONTRIBUTO DA DELEGAÇÃO CHECA

Pouco depois do Conselho Europeu de Junho de 2005, o Governo da República Checa aprovou a Estratégia de Comunicação para informar o Público sobre os Assuntos Europeus, tarefa a levar a efeito pelo Departamento de Informação sobre os Assuntos Europeus do Gabinete do Governo da República Checa. Esta estratégia tem como principais objectivos prestar informações ao público tendo em vista o debate nacional durante o período de reflexão, explicação e debate, e organizar e fomentar o diálogo a nível nacional.

Desde então, o Gabinete do Governo pôs em prática um processo sistemático de informação dos cidadãos sobre assuntos da UE, com vista a melhorar os conhecimentos sobre o papel e a evolução da UE, processo este que se destina a comunicar as prioridades do Governo no que se refere à UE. A iniciativa sobre a estratégia de comunicação está em funcionamento há quatro meses, sendo já visíveis os primeiros resultados positivos, especialmente no que se refere a um melhor conhecimento das formas de obter informações sobre a UE através de diferentes actividades da União conduzidas pelo Governo.

### I. Prioridades para 2005

Perante a actual necessidade de promover os conhecimentos do público em geral sobre a UE, foram seleccionadas 4 actividades para 2005:

1. **Futuro da Europa** (Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa, Directiva "Serviços", Estratégia de Lisboa, etc.)
2. **A República Checa como Estado-Membro da UE** (economia, quadro jurídico, qualidade de vida)
3. **Fundos e programas europeus – painéis que assinalam a concessão de financiamento europeu** (fundos acessíveis às entidades checas na UE)
4. **O Projecto "A UE na Escola"** (aumentar os conhecimentos do grupo-alvo professores-alunos-pais sobre a UE)

## **II. Sistema de informação**

Os instrumentos de comunicação do recém-criado sistema de informação integrado são os seguintes:

### **1. Eurocentros**

O primeiro Eurocentro foi inaugurado oficialmente em Praga em 18 de Novembro de 2005 pelo Primeiro-Ministro checo, Jiri Paroubek, pelo Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, pela Vice-Presidente Margot Wallström, pelo Comissário Vladimir Špidla e pela Embaixatriz do Reino Unido Linda Duffield. Os comissários apresentaram oficialmente o Plano D para a "democracia, o diálogo e o debate", e reconheceram os esforços e os progressos do Governo da República Checa no que se refere à implementação dos princípios do plano.

### **2. Eurofon**

Esta linha telefónica gratuita destina-se, em primeiro lugar, a responder a perguntas sobre questões específicas relativas aos checos na UE.

### **3. Euroskp.cz**

Este sítio Internet abrange dois domínios principais: actualidades da UE e da República Checa relacionadas com questões comunitárias. Contém actualmente determinadas rubricas, tais como Tópicos, a União Europeia, a República Checa na UE, a UE e Eu, Documentos, etc.

### **4. Eurokuyr (Euro-mensageiro)**

O Boletim de Informação trimestral "Eurokuyr" proporciona informações relativas ao papel dos órgãos da administração pública checa competentes em questões da UE. Coloca a tónica nas decisões tomadas pelo Estado checo e no seu impacto sobre outros intervenientes na administração pública (tais como regiões, outros ministérios, etc.).

### **5. Sistemas de bolsas**

Graças ao sistema de bolsas, o público (e a sociedade civil em particular) participou de forma alargada na divulgação de informações sobre a UE, bem como no lançamento do debate nacional sobre o futuro da Europa. Dezenas de palestras, conferências, debates, recolhas de textos e outros projectos foram financiados por bolsas do Estado.

### **III. Debates públicos**

Em finais de Novembro de 2005, o Gabinete do Governo organizou um debate público que reuniu cerca de 600 pessoas, com dirigentes políticos e opinionistas checos, tais como o Primeiro-Ministro, Jiri Paroubek, e o ex-Presidente Checo Vaclav Havel, cuja colectânea de ensaios e discursos sobre a Europa intitulada "A Europa como tarefa" foi apresentada nessa ocasião. Esta colectânea foi publicada no primeiro volume de uma série de publicações intitulada "Reflexões sobre a Europa" lançada pelo Gabinete do Governo no âmbito da sua iniciativa sobre a Estratégia de Comunicação.

### **IV. Futuros projectos para 2006**

Além de outras actividades que visam informar e fomentar o debate, será criada, no início de 2006, uma rede coordenada de 13 eurocentros nas capitais regionais. Estes eurocentros terão por missão divulgar informações sobre a UE e sobre as actividades do Governo checo relacionadas com a agenda europeia, e actuarão igualmente como mediadores na comunicação entre o Governo checo e os cidadãos dessas regiões.

---

### CONTRIBUTO DA DELEGAÇÃO DINAMARQUESA

#### Organização, temas e financiamento

Dando seguimento à decisão do Conselho Europeu de Junho de 2005 de instaurar um período de reflexão em toda a UE, Anders Fogh Rasmussen, Primeiro-Ministro da Dinamarca, convocou em Agosto de 2005 reuniões com as partes representadas no Parlamento Dinamarquês e com várias das mais importantes ONG empenhadas no debate dinamarquês sobre a UE. O Parlamento Dinamarquês concluiu das referidas reuniões que a Comissão dos Assuntos Europeus deveria coordenar as acções dinamarquesas a ser realizadas durante o citado período de reflexão.

As acções levadas a cabo na Dinamarca durante o período de reflexão desenvolvem uma tradição de debate sobre a UE decorrente desde 1972 de seis referendos. A referida Comissão parlamentar dos Assuntos Europeus e uma série de ONG constituíram ao abrigo da "Agenda dos Cidadãos" o chamado "Grupo do Planeamento", pelo qual foi acordado o enquadramento temático, financeiro e organizativo do debate.

Os aspectos temáticos de tal enquadramento traduzem-se nas cinco seguintes questões gerais:

- 1) Quais dos problemas transnacionais enfrentados pela Europa deverão merecer especial destaque, e que papel deverá a UE desempenhar relativamente aos mesmos?
- 2) Quais são os mais importantes problemas relacionados com a cooperação na UE e como poderão ser resolvidos?
- 3) Como deverá o debate sobre o futuro da Europa e sobre o eventual novo tratado ser organizado para que assegure amplitude, profundidade e legitimidade?
- 4) Como poderá ser incrementada a participação dos cidadãos na UE?
- 5) Quais são os limites geográficos da UE?

Os aspectos financeiros e organizativos do enquadramento acordado implicam um quadro financeiro de 17,5 milhões de coroas dinamarquesas, distribuídas segundo os seguintes três eixos:

- Medidas de lançamento e conclusão, bem como medidas mais vastas (à escala nacional) tomadas sob os auspícios do Parlamento e da sua Comissão para os Assuntos Europeus
- Acções levadas a cabo sob os auspícios das ONG pertencentes ao Grupo de Planeamento
- Medidas locais ou nacionais organizadas descentralizadamente por indivíduos, pela sociedade civil, etc.

### Planos e iniciativas

Encontram-se presentemente em execução vários planos e iniciativas. Até agora, o Parlamento decidiu conduzir uma audição televisiva com 400 participantes em 29 e 30 de Abril de 2006 e uma sessão parlamentar de juventude provavelmente em Abril 2006, bem como abrir em Dezembro de 2005 ou Janeiro de 2006 na Internet um sítio dedicado à "Agenda dos Cidadãos", destinado prestar informações sobre as acções levadas a cabo ao longo do período de reflexão e à sua coordenação.

As ONG deverão lançar a "Agenda dos Cidadãos" em 12 ou 13 de Janeiro de 2006, através de um "happening" com distribuição de material informativo nas principais estações de caminhos-de-ferro e procederão a debates, essencialmente a nível local, além do que organizarão um evento final na sequência da audição a ser conduzida pelo Parlamento.

### Conclusões do debate dinamarquês

Na primavera de 2006 o Parlamento apurará conclusões sobre as acções realizadas durante o período de reflexão na Dinamarca e apresentará relatório ao Primeiro-Ministro com suficiente antecedência da cimeira de Junho de 2006.

---



## CONTRIBUTO DA DELEGAÇÃO ALEMÃ

O futuro do Tratado Constitucional foi abordado nos **programas eleitorais** dos partidos e veio a constituir um dos elementos do **acordo de coligação**: a coligação defende que o processo de ratificação do Tratado Constitucional seja prosseguido para além do primeiro semestre de 2006 e seja conduzido a bom termo. Foi neste sentido que a Chanceler Federal Angela Merkel se pronunciou ao apresentar o programa do seu Governo perante o Bundestag, em 30 de Novembro de 2005.

O Governo Federal é a favor de uma maior democratização da União Europeia, de que seja assegurada a capacidade de acção das Instituições europeias na UE alargada, e bem assim de que se continue a desenvolver o modelo de sociedade europeu, em toda a sua diversidade. É intenção do Governo Federal tirar o maior partido do período de reflexão acordado no Conselho Europeu de Junho para encetar um debate alargado com os cidadãos, os parceiros sociais, as Igrejas e os demais grupos da sociedade.

No contexto do período de reflexão sobre o futuro da UE, lançado pelo Conselho Europeu de Junho, o Ministério dos Negócios Estrangeiros entrou em conversações com grupos de peritos alemães, no âmbito das quais se procedeu sobretudo à análise da situação na União Europeia após o resultado negativo dos referendos realizados em França e nos Países Baixos.

Têm sido frequentes as **intervenções de figuras políticas alemãs de primeiro plano, que se pronunciaram em artigos de opinião**. De entre essas figuras destaca-se sobretudo o Presidente Federal Horst Köhler, a quem se associaram os respectivos homólogos da Finlândia, Itália, Letónia, Áustria, Polónia e de Portugal, em artigos publicados no jornal *Frankfurter Allgemeine Zeitung* de 15 de Julho de 2005, bem como o Chanceler Federal Gerhard Schröder, numa intervenção no semanário *Die Zeit* de 10 de Outubro de 2005.

**Um dos motores do processo de reflexão na Alemanha é a própria sociedade civil.** Merece especial destaque a intensa actividade desenvolvida pela **Rede "Movimento pró-Europa – Alemanha"** (*Netzwerk Europäische Bewegung Deutschland*), uma associação suprapartidária da sociedade civil organizada, activa no domínio da política europeia na Alemanha. Em conjunto com as cerca de cento e vinte organizações que dela fazem parte, organiza, no âmbito de um diálogo com todos os agentes da UE a nível nacional e europeu, iniciativas dedicada à comunicação sobre a Europa e às suas perspectivas de futuro.

Tomam igualmente parte no debate as fundações próximas dos partidos políticos e as Igrejas, através da organização dos mais diversos eventos. Nas **universidades** está em curso um vivo debate académico.

---

### CONTRIBUTO DA DELEGAÇÃO ESTÓNIA

Na Estónia, a Unidade de Informação sobre a UE do Gabinete de Comunicação adstrito à Chancelaria de Estado está a coordenar a divulgação de informações relativas à UE junto do grande público.

As mais recentes actividades da Unidade e os planos futuros incluem:

- Visitas conjuntas às regiões com representantes da Comissão Europeia na Estónia e do Gabinete de Informação do Parlamento Europeu para promover o debate sobre o futuro da Europa. A partir de Dezembro de 2005, os representantes do Governo da Estónia (Unidade de Informação sobre a UE) e as instituições da UE visitarão os quinze departamentos para avaliar como funcionam na realidade os centros de informação regionais (incluindo as antenas de informação directa sobre a Europa), conhecer melhor o tipo de informação de que necessitam as populações locais, quais as principais preocupações relativas à UE a nível regional e que tipo de ajuda o Governo e as instituições da UE podem fornecer. De uma maneira geral, as visitas, que incluem reuniões com os governantes, funcionários dos Gabinetes de informação sobre a UE e principais jornalistas regionais, deverão tornar a cooperação entre todos os intervenientes mais eficaz, fazer com que as instituições centrais sejam mais visíveis nas regiões e dar lugar a eventos públicos de maior envergadura nas regiões.
- Planeamento de séries de debates públicos sobre o futuro da Europa e outras questões relacionadas com a UE nas regiões com os dirigentes das cidades estónias. Com base na experiência pré-eleitoral, a equipa de figuras públicas encontrar-se-á com os dirigentes locais, fazendo apresentações, respondendo a perguntas e promovendo debates. A acção está planeada em conjunto com uma ONG-quadro, a Fundação da Estónia Aberta, e a rede das ONG de desenvolvimento local Kodukant. O projecto será lançado em Fevereiro de 2006.
- Preparativos para o lançamento de um concurso público dirigido às ONG a fim de seleccionar os melhores projectos em matéria de acções de informação sobre a UE em 2006. Os projectos são elaborados juntamente com a Fundação da Estónia Aberta. As actividades incluem debates, jornadas de informação, seminários, conferências e campanhas, lançados e implementados pelas ONG. Para 2006, os temas prioritários são: o futuro da Europa, o papel da UE no mundo, a participação das ONG no processo de decisão da União.
- Incentivo às ONG e às redes de informação regionais no sentido de avançar com debates já planeados e actividades de informação relacionadas com o Tratado Constitucional, recentrando-as no futuro da Europa e nas expectativas da população.

- Reuniões regulares com os funcionários dos Gabinetes de informação sobre a UE para debater as melhores práticas, coordenar as mensagens e o intercâmbio de informação sobre as actividades desenvolvidas. Depois da última Cimeira da UE, os agentes locais alteraram o tema prioritário do Tratado Constitucional, centrando as suas acções em aspectos mais gerais da União Europeia.
- Realização, no mês de Novembro, do Fórum da Informação anual "Como estabelecer a ponte". O evento foi organizado conjuntamente pela Chancelaria de Estado, pela Representação da CE e pelo Gabinete de Informação do PE na Estónia. Representantes de ONG, membros das diferentes redes de informação da UE, representantes dos meios de comunicação social, funcionários dos ministérios na área da comunicação e embaixadores figuraram entre os participantes que assistiram às apresentações, colocaram perguntas e debateram diferentes questões acerca da UE.
- Relançamento do Fórum Internet sobre as questões da UE. No início de 2004, foi criado um *site* especial sobre o Tratado Constitucional como uma subsecção do *site* do jornal de maior tiragem da Estónia (Postimees). O *site* faculta aos leitores o Tratado e outros materiais relevantes, incluindo artigos da actualidade e comentários, dando-lhes ao mesmo tempo a oportunidade de exprimir as suas opiniões através de comentários. O projecto durou até Maio, altura em que se esperava a ratificação do Tratado. Face à situação actual existem boas razões para reabrir o *site*, que focará a questão de outra forma e facultará novo material. A possibilidade de fazer comentários será a característica principal do *site*.
- Convite dirigido aos cidadãos, no Outono de 2005, no sentido de expressarem as suas opiniões sobre o Plano de Acção da Estónia para o Crescimento e o Emprego (2005-2007) (com vista à implementação da Estratégia de Lisboa) no portal *web* do Governo (TOM). O TOM (que significa "Hoje decido eu ") é um *site* especial destinado a ouvir a voz dos cidadãos e a receber propostas em diferentes matérias do domínio público. De acordo com o princípio fundamental do *site*, todos os comentários, questões e propostas obterão resposta.
- Preparação de uma série de programas televisivos em cooperação com a televisão pública nacional. O projecto tem como principal objectivo fazer uma ponte entre a União e os cidadãos. Os programas deverão ser educativos, atractivos e, ao mesmo tempo, suficientemente divertidos para captar a atenção, mesmo daqueles que não estão habitualmente interessados nas questões europeias.
- Continuação do programa radiofónico semanal nas estações de rádio locais. O programa "Uma janela para a Europa", com a duração de uma hora, é dedicado aos desenvolvimentos na UE e nos Estados-Membros e conta com a colaboração regular da Unidade de Informação sobre a UE.

## GRÉCIA

### CONTRIBUTO DA DELEGAÇÃO GREGA

Tem-se realizado na Grécia um debate extensivo, durante e após a ratificação do Tratado Constitucional, sobre o Tratado e sobre o futuro da Europa. A nossa campanha pública, sob o lema "A Europa para mim" incluiu: **a)** a criação de um site moderno e detalhado ([www.europe4me.gr](http://www.europe4me.gr)), **b)** spots transmitidos na televisão nacional, **c)** publicação do texto do Tratado Constitucional num formato de jornal cómodo (300 000 exemplares) juntamente com outro material informativo (400 000 exemplares), que foram distribuídos por 978 centros de informação em toda a Grécia, **d)** painel de debates em todo o país em colaboração com as ONG (Institutos, Universidades, autoridades locais etc.) e **e)** um "Eurobus", que percorreu todas as grandes cidades da Grécia, distribuindo brochuras, explicando os principais pontos do Tratado Constitucional e participando em apresentações e debates de carácter informativo sobre o futuro da Europa.

O Tratado Constitucional foi ratificado por uma larga maioria de membros do Parlamento Grego em 19 de Abril de 2005. Num total de 285 membros do Parlamento presentes nesse dia, 268 votaram a favor e apenas 17 contra. O amplo apoio parlamentar (quase 94% dos presentes e 90% do total de membros do Parlamento) reflecte claramente a existência de uma ampla aceitação do Tratado por parte do povo grego (sondagens recentes do Eurobarómetro mostram igualmente que uma grande percentagem da opinião pública grega apoia o Ideal Europeu).

Embora o Tratado Constitucional tenha sido ratificado, o Governo Grego reconhece a importância de se empenhar activamente num "processo de comunicação" mais lato, que reforçará ainda mais o empenho do povo face à integração europeia, à paz e à prosperidade. O "período de reflexão" não deve ser um período de silêncio e de apatia. Por conseguinte, congratulamo-nos com o Plano D da Comissária Wallström e estamos a examinar iniciativas que vão ao encontro das suas sugestões, devidamente adaptadas ao contexto da Grécia.

Em 2006, a Grécia celebra os 25 anos de pertença à União Europeia. Por conseguinte, o nosso conjunto de iniciativas centrar-se-á principalmente no aniversário da adesão da Grécia, incluindo uma avaliação do contributo da Europa para o desenvolvimento e a prosperidade da Grécia, bem como o contributo da Grécia para o Ideal Europeu. Para o efeito, estamos a planear diversas actividades, destinadas a sensibilizar o público. A este respeito, estaremos em cooperação estreita com a representação da CE e com o Gabinete do Parlamento Europeu em Atenas.

### CONTRIBUTO DA DELEGAÇÃO ESPANHOLA

Após o referendo sobre o Tratado Constitucional em Espanha constatou-se que alguns sectores da população manifestavam falta de interesse relativamente às questões europeias, especialmente os jovens que vivem fora das grandes cidades. Perante este facto, o Governo Espanhol reafirmou a sua convicção de que a tarefa de informar os cidadãos sobre os assuntos europeus não cessou com esse referendo, devendo antes continuar a ser uma prioridade.

Os motivos de preocupação dos cidadãos não se centravam tanto nas vantagens ou desvantagens do Tratado Constitucional quanto em aspectos muito específicos que os preocupavam: emprego em Espanha, ensino, imigração, segurança, efeitos económicos do quinto alargamento, e assim por diante. Na altura, ponderou-se a possibilidade de desenvolver um esforço renovado de informação sobre os assuntos europeus, centrado na promoção de mais debates sobre o papel dos cidadãos no que respeita a essas questões, fornecendo-lhes mais informações.

Por conseguinte, o Governo Espanhol decidiu lançar, em 23 de Novembro último, uma campanha denominada "Falemos da Europa". A campanha tem por objectivo promover um diálogo aberto sobre as questões europeias, apresentando as realizações levadas a cabo neste domínio e encetando um debate sobre as perspectivas para o futuro. Além disso, coincide com o 20.º aniversário da assinatura do Tratado de Adesão da Espanha às então Comunidades Europeias, e respectiva entrada em vigor, o que nos dá a oportunidade de analisar o que a adesão à UE tem significado para nós em diversos domínios.

A campanha "Falemos da Europa" conta com um amplo apoio institucional, especialmente por parte dos representantes das Instituições da UE, com as quais está a trabalhar em conjunto nesta iniciativa. A campanha está a ser muito bem acolhida, tanto pelo sector público como por diversos representantes da sociedade civil e do sector privado.

Entre os exemplos de actividades incluídas na campanha refiram-se: uma exposição itinerante para jovens, que percorrerá cidades de preferência com uma população entre os 15 000 e os 20 000 habitantes; convite às universidades espanholas para apresentação de propostas que visem a realização de debates sobre iniciativas respeitantes a assuntos europeus; ou ainda um debate com deputados espanhóis do Parlamento Europeu sobre os 20 anos da Espanha na UE. Foi criado um sítio na Internet ([www.hablamosdeeuropa.es](http://www.hablamosdeeuropa.es)) e um logótipo para coordenar as diferentes actividades.

A participação na campanha não se limita, de modo algum, à promoção de debates sobre os assuntos europeus em Espanha, inserindo-se antes no chamado "período de reflexão" estabelecido pelo último Conselho Europeu, uma reflexão que a Espanha pretende conduzir de modo criativo, dando aos seus cidadãos um papel essencial.

A Presidência e os Estados-Membros foram informados no Conselho AGEX (Bruxelas, 11.07.2005) sobre os principais aspectos desta campanha.

---

## CONTRIBUTO DA DELEGAÇÃO FRANCESA

Na sequência do referendo de 29 de Maio de 2005 e em conformidade com a Declaração dos Chefes de Estado e de Governo de Junho, as autoridades francesas tomaram as primeiras medidas por forma a que a Europa e as questões europeias passem a ocupar um lugar mais importante e mais regular no debate público e político nacional.

### *Reforçar a eficácia do trabalho governamental*

- O Primeiro-Ministro decidiu reunir todos os meses um Comité ministerial sobre a Europa, que será um verdadeiro instrumento de coordenação e de liderança política sobre as questões europeias. Esse comité inclui o Ministro de Estado, Ministro do Interior e do Ordenamento do Território, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Ministro da Economia e das Finanças, o Ministro do Emprego, da Coesão Social e da Habitação, o Ministro encarregado das Relações com o Parlamento e a Ministra encarregada dos Assuntos Europeus, bem como os outros membros do Governo interessados pela sua ordem do dia. Essa estrutura, cujo secretariado é assegurado pelo Secretariado Geral dos Assuntos Europeus (ex-SGCI), está encarregada de analisar, a nível político, as questões relativas à participação da França nas Comunidades e na União. Deve permitir reforçar a coordenação governamental sobre as questões europeias e antecipar melhor os futuros desafios. Até à data, realizaram-se quatro reuniões do comité interministerial (10 de Julho, 20 de Setembro, 11 de Outubro e 23 de Novembro).

### *Reforçar a implicação do Parlamento nas questões europeias*

- Além dos procedimentos tradicionais de informação e de controlo, o Parlamento francês vai passar a estar mais implicado nas questões europeias:
  - uma circular do Primeiro-Ministro, datada de 22 de Novembro, alargou o âmbito do actos europeus sobre os quais as Assembleias poderão adoptar resoluções, em conformidade com o artigo 88-4 da Constituição;
  - devem ser prestadas informações mais regulares sobre os trabalhos do Conselho: antes e depois de cada sessão em Bruxelas ou no Luxemburgo, os ministros são convidados a fazer uma apresentação dos desafios e dos resultados. Do mesmo modo, prevê-se que, a partir de agora, se realize um debate sem votação antes de cada Conselho Europeu.
  - por último, são propostas aos deputados nacionais sessões de sensibilização às problemáticas europeias, o que lhes permitirá desenvolver os seus conhecimentos e as suas ligações com as Instituições europeias. Realizou-se uma primeira sessão em Bruxelas, em 28-29 de Novembro.



## *Associar melhor os franceses aos processos de decisão europeus*

### ✓ *Reforçar as consultas às colectividades locais*

- O Primeiro-Ministro pediu aos membros do Governo que consultassem mais regularmente as associações de representantes locais eleitos sobre os temas da actualidade europeia e que incitassem as assembleias locais a procederem regularmente a debates sobre as questões europeias que têm incidências concretas na vida local.

### ✓ *Reforçar as consultas aos parceiros sociais*

- Foram desenvolvidas as relações com os parceiros sociais ou com as Instituições representativas, na linha do diálogo já iniciado (Comité do Diálogo Social para as questões europeias e Internacionais, nomeadamente). Foi assim lançada em Outubro de 2005 uma série de encontros com os parceiros sociais. A partir de agora, realizar-se-á um encontro sobre as questões europeias no início de cada Presidência semestral. No mesmo espírito, vai ser reforçado o papel das instâncias de consulta nacionais, tal como o do Comité Económico e Social – assembleia constitucional consultiva colocada junto dos poderes públicos que assegura a representação das principais actividades económicas e sociais.

### ✓ *Dialogar melhor e informar melhor a sociedade civil sobre as questões europeias*

- Serão reforçadas as acções destinadas ao grande público. Numa primeira fase, pôr-se-á a tónica na informação e no diálogo na Internet. Será desenvolvido um novo sítio interactivo sobre a Europa, pelas "Sources d'Europe", organismo co-financiado pelo Ministério encarregado dos Assuntos Europeus e pela Comissão Europeia ([www.info-europe.fr](http://www.info-europe.fr));
- Os conhecimentos básicos sobre a União Europeia serão incluídos na "base de conhecimentos comum", que está a ser definida no Ministério da Educação Nacional e que os estudantes deverão dominar no final do quarto ano (por volta dos treze anos). Será prevista uma avaliação sistemática dos conhecimentos sobre a Europa por ocasião do "brevet des collèges" e do "baccalauréat";
- Será feita uma apresentação geral da União Europeia, especialmente da Política Europeia de Segurança e Defesa, por ocasião das "Journées d'appel à la préparation de la défense", que dizem respeito a todos os jovens que atingem a maioridade;

- Será acentuada a ajuda às escolas de jornalismo para que reforcem a formação no que se refere aos desafios europeus; o Ministério encarregado dos Assuntos Europeus fornece já um apoio financeiro para permitir a deslocação a Bruxelas e a Estrasburgo de jornalistas em formação;
  - O Dia da Europa (9 de Maio) vai passar a ser uma verdadeira festa da Europa, para o que passará a beneficiar de meios suplementares;
  - O Governo subsidia todos os anos um certo número de associações nacionais de vocação europeia. O Ministério encarregado dos Assuntos Europeus deu assim o seu apoio a mais de 40 associações em 2005. Essas associações serão colocadas em rede com os centros de informação financiados pela Comissão Europeia e os "relais-guides-Europe" reconhecidos pelo Estado;
  - O trabalho de escuta, de explicação e de informação sobre as questões europeias deve processar-se igualmente com base num diálogo directo com os membros do Governo. Para o efeito, a Ministra encarregada dos Assuntos Europeus desloca-se regularmente às regiões.
-

### CONTRIBUTO DA DELEGAÇÃO IRLANDESA

A Irlanda, com a sua tradição de referendos sobre os Tratados europeus, está bastante habituada aos debates públicos sobre a Europa. O actual debate nacional representa a continuação de um processo que está em curso desde 2001. A opinião pública irlandesa é bastante positiva em relação às questões europeias, mas o défice de informação em relação aos assuntos europeus continua a colocar desafios significativos.

Na sequência da Declaração do Conselho Europeu em Junho que iniciava um período de reflexão, o Governo comprometeu-se a activar o empenho público em relação às questões europeias. Este concentra-se num determinado número de mensagens fundamentais:

- A UE continua a desempenhar um papel central para o bem-estar da Irlanda e para o nosso lugar no mundo;
- Faz ou pode fazer uma grande diferença em termos de emprego e de crescimento económico, ambiente, criminalidade transfronteiras, drogas e terrorismo;
- O recente alargamento da União proporciona boas oportunidades para a Irlanda e para o povo irlandês;
- A Constituição continua a ser a melhor resposta disponível para muitos dos desafios que se colocam à UE, e
- A UE é o melhor meio através do qual a Irlanda pode enfrentar os desafios da globalização.

Nos últimos cinco meses, o Primeiro-Ministro (Taoiseach) e o Ministro dos Negócios Estrangeiros fizeram um considerável número de discursos públicos significativos sobre o tema da Irlanda e a União Europeia com base em mensagens fundamentais, salientando igualmente o papel significativo que a União desempenha para a manutenção da paz e a estabilidade internacionais e na ajuda ao desenvolvimento.

Ambas as Câmaras do Parlamento realizaram debates europeus especiais nos últimos meses. Os membros do Governo têm vindo a aproveitar todas as oportunidades para abordar as questões europeias em público.

Ao Fórum Nacional para a Europa, que foi estabelecido após a derrota do primeiro referendo na Irlanda sobre o Tratado de Nice em 2001, tem sido confiado um papel fundamental para liderar o debate nacional em curso como parte do período de reflexão. O Fórum é composto por representantes de todos os partidos políticos com assento no Oireachtas (Parlamento). O Fórum tem igualmente um Pilar de Observação Especial composto pela sociedade civil, sindicatos, e ONG. Reúne-se em sessão pública e tem solicitado a colocação de questões por parte do público. Organiza um Fórum da Juventude, reuniões regionais e concursos a nível das escolas.

Na primeira metade de 2005, o Fórum Nacional sobre a Europa debateu a Constituição Europeia em pormenor. Desde o início do período de reflexão, o Fórum tem alargado o seu âmbito de reflexão para incluir a agricultura, o alargamento, o modelo social europeu, o impacto da globalização e o papel da UE no desenvolvimento.

Em Outubro, o Governo publicou um Livro Branco sobre a Constituição Europeia como um contributo para reforçar o conhecimento público sobre a Constituição. O Livro Branco tem sido amplamente divulgado. Foi criado um site web ([nationaldebateoneurope.ie](http://nationaldebateoneurope.ie)) a fim de incluir material relativo ao período de reflexão. Esse site complementa o site web do Fórum Nacional sobre a Europa ([forumoneurope.ie](http://forumoneurope.ie)) e o site do Governo dedicado à Constituição Europeia ([europeanconstitution.ie](http://europeanconstitution.ie)). Além disso, a Iniciativa de Comunicação para a Europa está a apoiar projectos que servirão para reforçar o empenho do público face às questões da UE durante o período de reflexão. O financiamento pelo Governo do Movimento Europeu Irlanda – uma organização voluntária destinada a promover uma maior sensibilização para a UE– foi substancialmente aumentado.

O Governo Irlandês congratulou-se com a publicação do "Plano D" pela Comissão Europeia e acredita que uma presença mais visível e mais activa dos Comissários nos Estados-Membros é um instrumento importante e útil para promover um debate positivo sobre a Europa. Nos últimos meses, a Irlanda acolheu com agrado o Presidente Barroso e os Comissários Wallström, Fischer Boel, Borg, Hübner e McCreevy, e os importantes contributos que deram para o nosso debate nacional.

### **CONTRIBUTO DA DELEGAÇÃO ITALIANA**

Na sequência da assinatura do Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa, realizou-se em Itália um amplo debate político no âmbito do processo de ratificação que foi oportunamente encerrado em Abril último com uma esmagadora maioria de votos a favor tanto na Câmara de Deputados como no Senado. Os Comitês Parlamentares competentes procederam a audições de representantes da sociedade civil e dos sectores económico e social. As audições foram abertas ao público e transmitidas por canais especializados. Na sequência dos referendos da França e dos Países Baixos, o Governo incentivou outros debates nos meios de comunicação social tanto a nível nacional como regional com o objectivo de explicar as principais inovações do Tratado Constitucional, assim como os êxitos e fragilidades do processo de integração europeia. Continua a dar-se grande destaque às questões europeias nos debates televisivos envolvendo personalidades políticas. Figuras de renome institucional contribuíram para esse debate, incluindo o Presidente da República Ciampi que escreveu um artigo juntamente com outros Chefes de Estado, publicado por diversos jornais em toda a União Europeia em 15 de Julho de 2005.

O Observatório para a Cidadania Europeia, criado em 2002 antes da Convenção sobre o futuro da Europa, prosseguiu as suas actividades recolhendo os pareceres de muitos órgãos e organizações civis sobre a situação actual da União Europeia. As Universidades e os Centros de Investigação multiplicaram o número de seminários e de Mesas Redondas sobre o Tratado Constitucional e as perspectivas da sua entrada em vigor, recebendo quase sistematicamente o apoio das autoridades públicas locais ou centrais.

Outras iniciativas foram realizadas em conjunto com os Gabinetes das Instituições Comunitárias em Itália (Comissão e Parlamento Europeu) no âmbito da parceria estratégica e do cumprimento do Memorando de Acordo assinado pelo Governo Italiano, pela Comissão e pelo Parlamento Europeu em Maio de 2003, com o objectivo de coordenar e melhorar as actividades de informação.

Em 2005, foram realizadas actividades de informação e de comunicação sobre a questão da Constituição Europeia destinadas ao grande público. As iniciativas que se seguem merecem menção especial:

- um ciclo de seminários de formação anuais sobre as reformas introduzidas pela nova Constituição, destinado aos directores e professores/formadores das escolas do ensino secundário. Esse ciclo, denominado "Educação em Cidadania Europeia", realizou-se em Perugia de 14 a 16 de Abril de 2005; Sorrento de 7 a 9 de Novembro de 2005, com 600 participantes vindos de toda a Itália. O ciclo de seminários era parte integrante do acordo assinado em 30 de Janeiro de 2004 entre o Gabinete do Primeiro-Ministro – Departamento dos Assuntos Europeus –, o Ministério da Educação e as Universidades e a Investigação (MIUR);
- uma cerimónia de entrega de prémios pela acção "A Europa no Quadro-Negro" realizada em Roma no Palácio Quirinal (sede da Presidência da República italiana) em 9 de Maio, dia da Europa;
- um programa denominado "A Europa passo a passo" destinado às crianças da escola com mais de sete anos, incluindo um livro disponível nas escolas básicas e um CD-ROM nos liceus.
- a distribuição de um CD-ROM com informações sobre as políticas comunitárias e o texto da Constituição Europeia nas Exibições sobre a Comunicação, Feira do Livro (Torino, 5 a 9 de Maio de 2003), na Feira da Administração Pública (Roma 9 a 13 de Maio de 2005), uma Conferência-Exibição na Assembleia Nacional dos Municípios Italianos (ANCI-Expo, Cagliari 19 a 22 de Outubro de 2005) e COM-PA (Bolonha, 3 a 5 de Novembro de 2005),
- um programa completo de actividades para fornecer aos jovens informações (destinado em especial às escolas), designado EuropInforma, promovido pelo CIDE (Centro Italiano de Documentação Europeia) em conjugação com o Departamento das Políticas Comunitárias da Presidência do Conselho italiana, os Gabinetes de Representação da Comissão e do Parlamento Europeu em Itália, juntamente com o MIUR. Essa iniciativa abrangeu uma diversidade de questões tais como a Constituição, os valores do processo de integração, as estruturas e políticas da UE, o papel da União Europeia no mundo a fim de promover a paz, a cidadania, as oportunidades para os jovens, o ambiente, o desenvolvimento, a imigração, o alargamento e reforçar a democracia. Foi implementado através de um vasto leque de diferentes instrumentos informativos e educativos (publicações, vídeos, CD-Roms, Internet, reuniões, etc.). Foram organizados determinados eventos entre Janeiro de 2005 e 9 de Maio de 2005 em cada um das 103 províncias da Itália.

- redacção, publicação e distribuição de "Uniti nella diversità, l'Europa che cambia. Parla l'Euro-generation" [Unidos na Diversidade, a Europa em mudança. A euro-geração fala"], uma selecção de ensaios escritos por estudantes das universidades, com o objectivo de divulgar a informação e estimular um debate positivo sobre a Constituição e as políticas europeias.
  - Por fim, uma reunião do Parlamento Europeu da Juventude que reuniu centenas de jovens europeus de todos os Estados-Membros e que se realizou de 14 a 18 de Novembro em Bari com o apoio das autoridades locais e centrais.
-

**CONTRIBUTO DA DELEGAÇÃO CIPRIOTA**

1. Em 30 de Junho de 2005, o Parlamento cipriota procedeu à ratificação (com maioria de 60%) do Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa.
2. Quanto às informações relativas a questões europeias, a coordenação na administração central da República de Chipre tem sido assegurada principalmente pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) – Divisão UE.
3. O MNE – com a cooperação do Serviço de Imprensa e Informação – produziu um guia explicativo do Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa, distribuído a todas as partes interessadas e ao público em geral. As informações relativas aos assuntos europeus foram dadas a conhecer através da imprensa escrita, artigos em jornais e revistas, programas e debates de televisão pertinentes, actualização do sítio Internet do MNE, conferências nas escolas e públicas pelo MNE e o porta-voz do Governo, etc. As escolas oficiais organizaram vários eventos e concursos relacionados com a UE.
4. Recentemente, foi criado o serviço "Europe Direct" (Europa em Directo) nas dependências da Câmara de Comércio e Indústria de Chipre, de cada uma das quatro maiores cidades de Chipre (Nicósia, Limassol, Pafos and Larnaka), para informar o público em geral. "Europe Direct" é financiado pelo Governo da República de Chipre, com o apoio da delegação da Comissão Europeia e do Gabinete do Parlamento Europeu em Nicósia.
5. Também o Instituto Europeu de Chipre (EIC) assegura a "Line of Europe" (Linha da Europa) – ligada ao serviço "Europe Direct" – e divulga informações aos cidadãos interessados em programas e iniciativas comunitários, sendo simultaneamente responsável pelo funcionamento do Centro de Documentação Europeia.



6. Em resposta a um pedido de um Comité Europeu, de Outubro de 2005, subordinado ao tema "Diálogo, Debate e Democracia", a República de Chipre decidiu criar uma Equipa do "Plano D" – baseado no MNE – chefiada pelo Secretário Permanente do MNE. A equipa incluirá representantes do MNE e de outros Ministérios e serviços, um representante da Delegação Permanente da Comissão Europeia em Nicósia, e o Chefe do Gabinete do Parlamento Europeu em Nicósia. Conforme a ordem de trabalhos, nas reuniões da Equipa do "Plano D" participam representantes de grupos organizados e da sociedade civil.

7. A Equipa do "Plano D" cipriota deverá lançar um calendário de eventos no início de 2006, centrados no Cidadão. Para tal, solicita-se a contribuição dos membros da Comissão Europeia, membros do Parlamento Europeu, funcionários governamentais e professores universitários, para que os vários aspectos das políticas e objectivos da UE se tornem mais familiares para os cidadãos cipriotas. Tais eventos deverão realizar-se em vários contextos e locais, devendo a campanha focar a juventude, as mulheres, os trabalhadores, as pessoas com deficiência e os idosos. Prevê-se também a realização de seminários para analisar políticas e programas comunitários específicos e as consequências da sua aplicação a Chipre, com especial ênfase na campanha para a introdução do EURO.

---

### CONTRIBUTO DA DELEGAÇÃO LETÃ

Em Junho de 2005, a Letónia ratificou o Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa, afirmando assim o seu ponto de vista sobre o futuro da UE. No entanto, os debates prosseguem activamente na Letónia durante o "período de reflexão" na União Europeia. Com base na experiência do primeiro ano como membro da UE, os debates públicos centram-se principalmente nos valores, interesses e prioridades nacionais da Letónia para o futuro na UE.

Uma das actividades em curso é o debate público organizado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros como contributo para a elaboração de um documento estratégico sobre "a Letónia na União Europeia".

Durante o período de 2004 a 2006, está previsto que o processo de preparação da estratégia sobre "a Letónia na UE" seja levado a cabo em sete fases, entre as quais se incluem a avaliação da situação, a elaboração de um projecto de estratégia, a consulta pública sobre os valores e interesses nacionais da Letónia na UE, o debate público sobre o projecto de estratégia, etc.

Reconhecendo a importância de fazer participar o público na construção do futuro da Europa, estão a ser envidados esforços especiais para sondar a opinião pública e ouvir a população. Foi organizada uma série de mesas redondas a nível regional sobre as prioridades da Letónia na União Europeia, que contaram com a participação de diversos grupos de interesses e de peritos. As questões debatidas foram as seguintes: 1) as prioridades da Letónia na UE; 2) o pleno aproveitamento das possibilidades decorrentes do facto de a Letónia ser um Estado-Membro da UE; 3) o futuro da UE e o papel da Letónia nesse contexto; 4) aproximar a Europa dos cidadãos; 5) como tornar os procedimentos da União Europeia mais transparentes e mais compreensíveis. As mesas redondas a nível regional desempenharam três funções: escutar, debater e fazer chegar aos cidadãos.

As actividades e perspectivas da Letónia e da UE continuam a ser debatidas no âmbito de grupos-alvo específicos – representantes da sociedade civil, grupos de interesse e peritos. O processo de consulta global inclui universitários, o Governo, representantes empresariais, parceiros sociais e ONG.

Por último, cada habitante da Letónia teve a possibilidade de expressar as suas opiniões sobre as questões relacionadas com a UE através da participação numa sondagem de opinião pública. Em cooperação com a Agência informativa da União Europeia, foram enviados questionários através dos pontos de informação da União Europeia a nível das regiões, dos serviços oficiais locais e da Internet. Foram recebidas e analisadas mais de 3300 respostas.

As ideias, opiniões e observações dos cidadãos que foram recolhidas durante o processo de consulta foram analisadas e estão disponíveis para consulta pública. No início de 2006, o projecto de estratégia estará disponível para outras observações do público.

Está ainda a ser lançado outro debate sobre a comunicação de informações sobre questões da UE na Letónia. Neste contexto, foram realizados no último mês vários debates a nível de peritos. A Comissária Wallström participou num desses debates. Com base no resultado dos debates, o Governo elaborará a sua estratégia de comunicação sobre questões da UE. Em Janeiro de 2006, o projecto de estratégia estará aberto às observações dos peritos, das ONG e do público.

Foram igualmente organizadas actividades independentes sobre questões políticas específicas. Por exemplo, o Ministério da Agricultura procedeu a uma sondagem de opinião sobre a reforma da Política Agrícola Comum no contexto da Letónia, tendo recebido mais de 600 respostas.

Estão previstas outras actividades nas três áreas acima mencionadas. A fim de garantir a sinergia entre as actividades nacionais e as actividades planeadas pelas instituições da UE, a Letónia gostaria de dispor de mais informações sobre os novos instrumentos a nível da UE que o Livro Branco sobre comunicações sugere sejam utilizados para promover o debate na Europa.

---

### CONTRIBUTO DA DELEGAÇÃO LITUANA

O período de reflexão, que os referendos em França e nos Países Baixos tornaram necessário, constitui hoje a oportunidade de a Lituânia aprofundar a sua visão sobre os principais desafios e questões com que se defronta a comunidade de 25 países. Para caracterizar melhor a situação, devem ser mencionados alguns factores principais do período de reflexão na Lituânia:

- O Parlamento Lituano ratificou o Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa em 11 de Novembro de 2004. Em 2005, os debates sobre a Constituição da UE limitaram-se aos círculos políticos, académicos e diplomáticos;
- Ainda que o quadro institucionalizado para o debate sobre o futuro da UE (Fórum Lituano sobre o Futuro da Europa) tenha sido criado em 2002 e existido durante os trabalhos da Convenção Europeia, o debate lituano foi inseparável do debate sobre a adesão da Lituânia à UE;
- Hoje em dia a principal discussão pública sobre matérias ligadas à UE centra-se na utilização dos fundos estruturais, nas perspectivas financeiras para 2007-2013 e na eventual introdução do euro em 1 de Janeiro de 2007 (o último ponto está a adquirir uma importância crescente, especialmente o aspecto da informação prestada à opinião pública sobre esta questão);
- O apoio público à adesão à UE continua elevado (68% em Novembro de 2005).

Um plano D anunciado pela Comissão Europeia dá à Lituânia a possibilidade de efectuar debates públicos mais estruturados sobre questões-chave.

Em 28 de Outubro de 2005, alguns membros do Comité dos Assuntos Europeus e do Comité dos Negócios Estrangeiros do Seimas (Parlamento) constituíram um grupo de trabalho com o objectivo de elaborar propostas sobre a execução do plano D. A elaboração do plano de acção foi acordada numa reunião das instituições relevantes no Parlamento.

Foram definidas algumas directrizes do plano:

- As principais actividades da execução do Plano D devem ser previstas para o primeiro semestre de 2006, uma vez que o segundo semestre poderá estar fortemente preenchido por debates e informações relativas à futura introdução do euro;
- A discussão dos pontos do Plano D deve alargar-se a todo o país (a fim de evitar a concentração na capital);
- A rede "Europe direct" deve desempenhar um papel crucial na organização dos debates nas regiões;
- A discussão é de carácter político, devendo por isso os deputados e outras personalidades públicas nela participar activamente.

O plano deverá estar concluído até ao final de 2005.

A Lituânia está convicta de que o nível dos debates seria reforçado por uma visita do Presidente da Comissão Europeia e/ou do Comissário para a comunicação (estas visitas aos Estados-Membros estão previstas no "Plano D", publicado pela Comissão; o novo Presidente da Comissão Europeia ainda não visitou a Lituânia). A experiência passada mostra que a opinião pública lituana considera as visitas de altos funcionários da UE como algo de muito positivo. A cooperação estreita com as Representações da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu faz naturalmente parte dos debates organizados.

### CONTRIBUTO DA DELEGAÇÃO LUXEMBURGUESA

O Luxemburgo acaba de completar um período intensivo de informação, comunicação e debate sobre as implicações da integração europeia. Com efeito, convém observar, por um lado, que a Presidência luxemburguesa do Conselho da União terminou em 30 de Junho de 2005, e, por outro, que uma campanha de informação sobre a Europa no quadro do referendo sobre o Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa se saldou em 10 de Julho por um resultado positivo com 56,52% de votos favoráveis.

Após este período de forte presença das questões europeias no espaço político nacional, o Governo decidiu, em conformidade com as conclusões do Conselho Europeu de 16 e 17 de Junho, encorajar um debate o mais vasto possível sobre o futuro da Europa, com a participação de todos os agentes institucionais implicados e, sobretudo, da sociedade civil.

Assim, por ocasião do seu discurso anual de política geral, pronunciado em 12 de Outubro de 2005 na Câmara dos Deputados, o Primeiro-Ministro anunciou a instituição de um fórum nacional sobre a Europa, animado pelo Ministro Delegado dos Negócios Estrangeiros. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, na sua declaração anual de política externa, pronunciada em 29 de Novembro de 2005 na Câmara dos Deputados, pôs em evidência a necessidade de uma estreita coordenação com o Parlamento na organização deste fórum.

O Governo completará no decurso da primeira parte do ano a avaliação dos resultados pormenorizados do período do referendo, bem como dos objectivos e da situação de partida do futuro debate nacional sobre a integração europeia. Assim, o Governo instituiu um grupo de trabalho que, sob a responsabilidade do Ministro Delegado dos Negócios Estrangeiros, tem por missão propor no início do próximo ano uma série de medidas concretas a implementar a curto e a médio prazo.

Ainda que, de acordo com os últimos Eurobarómetros, a população luxemburguesa continue largamente favorável à integração europeia, a análise dos resultados do referendo demonstrou que os jovens entre 18 e 35 anos se manifestaram maioritariamente contra a adopção do Tratado constitucional. Além disso, verificou-se que o "não" geográfico se concentrou essencialmente nas antigas circunscrições industriais do Sul do país. Assim, a acção do Governo no quadro do debate nacional visará em primeiro lugar implicar mais as jovens gerações na reflexão sobre o futuro da Europa, nomeadamente através do sistema educativo (universitário, escolar clássico, escolar técnico) e associativo (cultural, desportivo) e concentrar-se-á em temas relativamente aos quais a integração europeia fornece um valor acrescentado directo na vida quotidiana dos cidadãos em causa. O Governo procurará igualmente associar estreitamente as autarquias ao debate, a fim de favorecer o elemento de proximidade.

A implementação destas medidas far-se-á em estreita concertação com as instituições europeias.

---

### CONTRIBUTO DA DELEGAÇÃO HÚNGARA

O Parlamento da República da Hungria ratificou o Tratado Constitucional em 20 de Dezembro de 2004 e depositou em Roma o instrumento de ratificação correspondente em 30 Dezembro de 2004. Continua a existir o apoio multipartidário ao Tratado Constitucional (mais de 90% de votos a favor da ratificação). Em concordância com esse apoio, e mesmo durante o período de pré-ratificação, o objectivo principal da comunicação da UE foi muito além da preparação da ratificação do Tratado Constitucional, tendo se centrado no fortalecimento da sensibilização para a cidadania activa e nos projectos da UE. Não obstante, afigura-se necessário e pertinente dinamizar os diálogos social, político e entre peritos, bem como o debate das questões europeias.

A Hungria crê firmemente que a reconquista da confiança dos nossos cidadãos no projecto europeu constitui um pré-requisito essencial para a consolidação e o desenvolvimento acrescido das realizações europeias comuns. O período de reflexão deverá contribuir para a concretização de tal objectivo.

Ao mesmo tempo, os Estados-Membros e as instituições da UE deverão dar o seu melhor para demonstrar claramente a sua capacidade e vontade de tomar decisões atempadamente, bem como de empreender acções. Mas, antes de tudo, haverá que ser alcançado acordo político sobre as próximas perspectivas financeiras.

A Hungria está preparada e empenhada em colaborar com as instituições da União Europeia – nomeadamente com a Comissão Europeia – e com os restantes Estados-Membros, bem como em prestar apoio à próxima Presidência Austríaca, no sentido de fazer avançar o diálogo sobre o futuro da Europa.

O PNR (Plano Nacional de Reflexão da Hungria) assenta nos quatro seguintes pilares:

1. Estratégia de comunicação sobre o futuro da Europa

Principais temas: a Hungria na União Europeia, a cidadania activa europeia, a UE no mundo, as fronteiras da UE, o mercado europeu (concorrência e protecção) e a igualdade de oportunidades (sociais, regionais, minorias, pessoas com deficiência).



2. Contributo do Instituto Nacional do Desenvolvimento para o diálogo social utilizando o Plano Nacional de Desenvolvimento como instrumento de comunicação.
3. Debate público sobre os novos desafios enfrentados pela Europa, com participação de líderes da opinião pública mais conhecedores das questões específicas da globalização.
4. Debate sobre questões estratégicas do desenvolvimento a União Europeia a longo prazo (entre os temas de debate encontram-se previstos o de até onde deverá ir o alargamento / o papel da UE num mundo em globalização / as relações entre a UE e os seus Estados-Membros e modelos de integração europeia viáveis).

O debate foi planeado para contar com consultas a peritos e intelectuais, além de conferências, e será concluído com um debate na Assembleia Nacional. Será além disso dotado de meios para a canalização da opinião do grande público (p. ex., através de um sítio na Internet site).

A comunicação sobre a UE constitui uma acção permanente, pelo as tarefas relativas ao período de reflexão podem ser vistas como desenrolando-se nesse quadro. Além do recurso permanente ao usual sistema de instrumentos e canais de comunicação já existentes, a base da comunicação sobre a UE com os cidadãos húngaros é constituída por elementos destinados permitir uma interacção. As acções de comunicação serão levadas a cabo pelo Departamento de Comunicações sobre a UE tutelado pelo Ministro sem pasta responsável pelos Assuntos Europeus, bem como pelos ministérios competentes.

O Plano Nacional de Reflexão da Hungria inclui novas ideias e instrumentos correspondentes às características do país. Por iniciativa do Governo, foi inaugurado em Budapeste o Centro de Comunicação sobre a UE e Cultural Merlin, destinado a acolher os debates durante o período de reflexão. Encontram-se previstas deslocações de Deputados húngaros a 52 localidades ao longo de 52 semanas para participarem em debates locais com as comunidades rural. O Ministério da Economia lançará um projecto de "fichas de reflexão sobre a UE" (destinadas, por exemplo, a que os cidadãos se expressem sobre as suas expectativas em matéria de transportes de nível europeu).

No contexto do seguimento da reunião de Hampton Court, bem como do debate sobre o futuro da Europa, o Ministro sem pasta responsável pelos Assuntos Europeus e o Ministro dos Negócios Estrangeiros deram já início a uma série de estudos e seminários, aos quais outros deverão seguir-se, sobre questões estratégicas.

O PNR será avaliado periodicamente e, caso necessário, ajustado em função tanto da experiência adquirida a nível nacional como dos progressos e resultados obtidos ao nível da UE.

## **CONTRIBUTO DA DELEGAÇÃO MALTESA**

1. Em 6 Julho de 2005 Malta tornou-se o 12.º Estado-Membro da União Europeia a ratificar o Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa. O Tratado recebeu o voto favorável unânime da Câmara de Representantes, fazendo de Malta o primeiro Estado-Membro a aprovar o Tratado Constitucional por unanimidade.

2. Para o Governo de Malta a informação relativa à UE sempre constituiu uma prioridade. É convicção do Governo que a informação sobre a UE é um processo permanente. Sendo assim, o Governo criou em 1999 o Centro de Informação Malta-UE com a função específica de informar e educar o público maltês sobre matérias comunitárias, num esforço para obter uma decisão informada no referendo de adesão realizado em 8 de Março de 2003. Após a adesão, o MIC continua muito activo para manter o público actualizado acerca das políticas da UE recorrendo a todos os meios de comunicação possíveis, e utilizando uma linguagem facilmente compreendida por todos e relevante para o quotidiano das pessoas.

3. Os funcionários do MIC participam todas as semanas em programas de rádio e televisão em cadeias públicas e privadas respondendo a perguntas sobre a UE e Malta feitas via telefone pelos ouvintes. Os escritórios do MIC situam-se na rua principal da capital e são acessíveis aos milhares de pessoas que diariamente visitam a cidade.

O MIC publica regularmente artigos nos jornais e revistas locais e participa em feiras abertas ao público. O Centro organiza também uma série de eventos públicos, incluindo seminários. Entre os últimos eventos públicos conta-se a participação na feira "A Europa Perto de Si" em Valletta, organizada pela Representação da UE em Malta, a Feira do Livro de Malta (1 a 4 de Dezembro), e a Feira Comercial Internacional de Malta realizada em Julho passado. Em Setembro foi organizada uma conferência nacional durante metade do dia pelo MIC e o Alto-Comissariado Britânico sobre o modo de acesso das ONG maltesas às oportunidades de financiamento. O MIC está também a organizar um programa de estágio para jornalistas malteses em Bruxelas que darão conta, durante duas semanas, do que ocorre nas instituições da UE.

4. No primeiro trimestre do próximo ano realizar-se-á em Malta uma conferência nacional sobre o futuro da Europa.

5. Entretanto, o Governo de Malta criou o Fórum "Malta na Europa" com a tarefa específica de reforçar o debate (formal e informal) nas ilhas maltesas sobre questões ligadas à UE. O Fórum consiste em três elementos: o processo de consulta que está a envolver a sociedade civil na definição das posições nacionais sobre o acervo da UE; o elemento de informação que está a ser tratado pelo Centro de Informação Malta-UE; e uma unidade de co-financiamento da UE para ajudar as ONG e as PME a aceder a oportunidades de co-financiamento. O Fórum, tutelado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, abriu também um Fundo da sociedade civil que afecta anualmente EUR 276 000 para ajudar as ONG a organizar actividades relacionadas com a UE, reforçando o debate sobre a UE a níveis locais descentralizados.

6. Durante 2006, o MIC continuará a organizar seminários sobre propostas particulares da Comissão e outras questões relativas à UE. Manterá também o seu programa de uma hora na rádio estatal, no qual são entrevistadas pessoas que estão de algum modo envolvidas em matérias relacionadas com a UE, incluindo ligações directas com Ministros, Deputados do Parlamento Europeu e membros do Comité Económico e Social Europeu e do Comité das Regiões, dando aos ouvintes a possibilidade de acompanharem o andamento das reuniões em curso em Bruxelas, Luxemburgo ou Estrasburgo. O MIC publicará também a segunda edição do *Directório de Malta na União Europeia* que contém informações sobre agências e personalidades que trabalham na UE. O MIC continuará também a trabalhar em estreita colaboração com a Representação da UE em Malta e com o Gabinete de Informação do Parlamento Europeu.

### CONTRIBUTO DA DELEGAÇÃO NEERLANDESA

O Governo Neerlandês é de opinião que os debates durante o período de reflexão deveriam focalizar-se no cerne dos desafios e políticas europeias. Muitos dos desafios enfrentados pelos Países Baixos são problemas que se deparam à UE no seu conjunto. Temos de procurar chegar a acordo sobre qual deverá ser a forma de a UE se desenvolver à luz da globalização, que equilíbrio deverá haver entre competitividade e solidariedade social e como resolver a questão do envelhecimento e do desemprego. É fundamental melhorarmos o nosso desempenho no domínio da investigação e desenvolvimento, inovação, mercado de trabalho, empreendedorismo, finanças públicas e prática legislativa, bem como do combate ao terrorismo. A primeira prioridade é que os cidadãos recuperem a confiança na Europa. Não se trata de um novo desafio. É, no entanto, mais premente do que nunca. Os esforços do Governo Neerlandês centram-se tanto na reflexão sobre a posição dos Países Baixos na União Europeia como no reforço da comunicação com o parlamento e os cidadãos. Todas as instituições da UE deveriam unir os seus esforços para garantir que a União tenha um melhor desempenho e comunique melhor. Muitos observadores salientaram que o envolvimento dos cidadãos nos processos europeus é muito menos avançado do que no processo político nacional. Este esforço para tornar a Europa o tema de um verdadeiro debate político é apoiado por uma abordagem com três vectores: melhorar a compreensão das preocupações da opinião pública, aumentar a participação e a informação e gerar ideias e respostas aos desafios que se deparam aos Países Baixos e à UE.

#### *Melhorar a compreensão de diversas preocupações acerca da UE*

O Governo Neerlandês prevê utilizar o período de reflexão e de debate nos Estados-Membros que foi acordado pelo Conselho Europeu de Junho de 2005 para obter uma melhor compreensão das ideias, das preocupações e do sentir dos cidadãos no que diz respeito ao desenvolvimento futuro da União e ao papel dos Países Baixos neste contexto. Para tal, o Governo Neerlandês efectuará um estudo em larga escala através da Internet sobre os desideratos dos cidadãos neerlandeses sobre o futuro da Europa. Além disso, proceder-se-á a um estudo base-topo, com recurso a grupos-alvo, como forma de melhorar a compreensão pelo governo de diversas preocupações acerca da UE. O objectivo é ouvir estas preocupações e extrair ilações sobre a maneira como a opinião pública percepciona as políticas europeias. O relatório sobre estes estudos deverá estar disponível no início de Maio de 2006.

O governo analisará esse relatório e dar-lhe-á resposta numa carta ao Parlamento, em que delineará a posição neerlandesa para o Conselho Europeu que deverá ter lugar no final do período de reflexão.

### *Abordagem base-topo: aumentar a participação e a informação*

Para além da sua política de comunicação regular, e em simultâneo com as iniciativas já referidas, o Governo Neerlandês irá conceber uma nova estratégia de comunicação que continuará em vigor após Junho de 2006. O governo abandonará a sua abordagem-campanha da comunicação em matéria de questões europeias, e no seu lugar adoptará uma estratégia interactiva centrada nas questões políticas e dilemas europeus mais prementes e que permite uma ampla margem para a disponibilização de informações. Será lançado um novo sítio internet interactivo. Além disso, o limite máximo para atribuição de bolsas do Fundo para a Europa do Ministério dos Negócios Estrangeiros será aumentado para 2,5 milhões de euros. Este financiamento permitirá aos intervenientes sociais alimentar o debate crítico sobre a UE e organizar actividades relacionadas com temas europeus pertinentes para os respectivos grupos-alvo. Através da Internet e de outros canais, o governo facultará suportes didácticos para as escolas primárias e secundárias e respectivos alunos. Estas actividades educacionais serão prosseguidas e, sempre que possível, intensificadas.

### *Gerar novas ideias e respostas aos desafios*

Uma vez identificadas, as preocupações deverão ser abordadas. Deverão ser geradas novas soluções e ideias. Existe uma parceria genuína entre as instituições da UE e os parlamentos nacionais dos Estados-Membros. Esta parceria deverá ser reforçada no interesse da prestação de contas e da transparência democráticas. Além disso, esta parceria deverá igualmente ser reforçada a fim de contribuir para a criação de confiança da opinião pública na maneira como o poder é partilhado na Europa. Sobre esta questão, o Governo Neerlandês e a Presidência Britânica organizaram uma conferência intitulada "Partilhar o poder na Europa: conseguir o bom equilíbrio entre a acção da UE e dos Estados-Membros", na Haia, em 17 de Novembro. Cerca de 250 participantes – ministros, membros dos parlamentos nacionais e regionais, membros do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia, universitários e empresários – dos Estados-Membros e dos países candidatos debateram a questão do nível a que as iniciativas legislativas deveriam ser tomadas. A conferência colocou a subsidiariedade (e proporcionalidade) em lugar de destaque na agenda e no cerne do debate público. Além disso, a conferência expressou a convicção de que apenas deveriam ser tomadas medidas pela UE quando a participação da UE se justificar claramente, quando a UE puder contribuir com valor acrescentado para o que os governos dos Estados-Membros podem fazer, e quando a intervenção for proporcional ao resultado pretendido. A conferência suscitou um certo número de ideias para agir neste sentido, no âmbito dos Tratados em vigor. O Governo Neerlandês aguarda com expectativa o prosseguimento dos debates na conferência de acompanhamento desta questão prevista pela Presidência Austríaca.

### CONTRIBUTO DA DELEGAÇÃO AUSTRIACA

Na sequência da sessão do Conselho Europeu de 16/17 de Junho de 2005, na qual os Chefes de Estado ou de Governo dos Estados-Membros acordaram quanto a um período de reflexão, o Governo Federal da Áustria criou, já em Julho de 2005, a **plataforma internet "Europa hört zu!"** ("A Europa escuta") nos sítios web da Chancelaria Federal e do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Todos os cidadãos interessados têm oportunidade de apresentar os seus comentários sobre questões específicas tais como "Necessitará a Europa de uma nova estrutura orçamental?", "Necessitará a Europa de uma constituição?", ou "Deverá o alargamento da Europa cessar ou pelo menos ser tornar-se mais lento?". Podem ainda manifestar-se nesta plataforma ideias gerais, desejos, queixas e considerações sobre a Europa.

Em 15 de Setembro de 2005 o Governo federal lançou formalmente uma **campanha de informação sobre a UE**, que inclui os seguintes elementos:

- um **sítio web interactivo** sobre o futuro da Europa, [www.zukunfteuropa.at](http://www.zukunfteuropa.at), que contém um concurso sobre a UE, uma "chat room" sobre a UE, declarações de personalidades populares relativamente à Europa, etc. A plataforma "A Europa escuta" foi transferida para o novo sítio web, que está ligado aos sítios web do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Chancelaria Federal. Desde o início da campanha de informação, este sítio teve já cerca de 800 000 visitantes.
- **spots televisivos** e uma **campanha de publicidade** destinados a tornar mais visível o valor acrescentado da qualidade de membro da UE e a apelar aos cidadãos para que intervenham no debate sobre a Europa, através da internet ou do telefone. Foram produzidos dois *spots* televisivos, difundidos 920 vezes em canais de televisão austríacos e numa selecção de canais alemães. De acordo com as sondagens, estes *spots* foram vistos por 74,4% da população austríaca pelo menos uma vez.
- **"Mostra itinerante sobre a UE"**: entre meados de Outubro e meados de Novembro, um "autocarro da Europa" percorreu 35 localidades em 5 *Bundesländer* a fim de suscitar o debate directamente junto dos cidadãos. Os peritos presentes deram informações sobre questões europeias, responderam a perguntas e pediram sugestões e opiniões aos cidadãos interessados.

A campanha de informação procura atingir os seguintes objectivos:

- Motivar os cidadãos a manifestar as suas ideias e propostas sobre a Europa (através do sítio web ou do telefone Europa 0800-221111)
- Tomar seriamente em consideração as preocupações dos cidadãos, mas também tornar mais visíveis as vantagens e o valor acrescentado da qualidade de membro da UE
- Melhorar a oferta de informação aos cidadãos

É realizada regularmente uma análise e avaliação dos comentários dos cidadãos. Uma tendência geral dos comentários na plataforma internet "Europe hört zu!" revela um empenho contínuo dos austríacos relativamente à Europa e à qualidade de membro da UE; no entanto verifica-se também uma atitude crítica relativamente aos aumentos de preços na sequência da introdução do euro, ao ritmo do alargamento da UE, à burocracia excessiva e ao desperdício de dinheiro, etc.

Foi intensificado o debate público sobre as questões europeias no **Parlamento Austríaco**. Na sequência de uma decisão parlamentar de Maio de 2005 de dedicar todos os anos quatro dias inteiros de sessão exclusivamente a questões europeias, teve lugar em 29 de Setembro de 2005 o primeiro **Dia da Europa** no Conselho Nacional, primeira câmara do Parlamento Austríaco. O debate foi transmitido em directo pela televisão. Em 7 de Dezembro de 2005 teve lugar um segundo Dia da Europa.

A título de projecto especialmente dedicado às crianças, foi publicado um novo **manual escolar** intitulado "**A UE para ti!**", distribuído em todas as escolas primárias austríacas. A ideia deste manual, que é a primeira iniciativa deste género em língua alemã, foi desenvolvida na sequência da Convenção dos Jovens que se realizou em Bruxelas em 2002. O manual, publicado por dois jornalistas com longa experiência em questões europeias, Wolfgang Böhm e Otmar Lahodynsky, explica a história, a missão e a organização da UE numa linguagem adaptada às crianças.

Por outro lado, os membros do Governo têm vindo a aproveitar todas as oportunidades para abordar as questões europeias em público, designadamente na televisão; tendo a televisão pública nacional vindo a organizar vários debates televisivos especialmente dedicados às questões da UE, com a participação conjunta de representantes das Instituições da UE e de membros do Governo.

Estão previstas novas iniciativas para o ano de 2006.

## CONTRIBUTO DA DELEGAÇÃO POLACA

Em 5 de Agosto de 2005, em resposta à decisão do Conselho Europeu sobre a necessidade de realizar um debate europeu sobre o futuro da União Europeia, o Conselho de Ministros aprovou o programa *Debate Público sobre a Europa*. Trata-se de um documento estratégico que serve de base a actividades de informação estruturadas, em que se inserem:

- a abertura de um debate sobre os objectivos, os valores e as questões associadas à integração europeia; o debate permite que diferentes grupos sócio-profissionais manifestem as suas opiniões sobre o assunto;
- a intensificação da informação sobre a União Europeia, nomeadamente sobre as questões que se revestem de especial importância para a Polónia;
- uma maior sensibilização dos cidadãos polacos para os valores comuns europeus.

A abertura do programa teve lugar em 19 de Setembro de 2005, com uma conferência, realizada na Universidade de Varsóvia, sobre o futuro da União Europeia, em que o Primeiro-Ministro, Marek Belka, falou aos participantes. As ideias da conferência são desenvolvidas num ciclo de encontros regionais organizados pelas autoridades polacas a nível central e local. Entre os participantes nestas conferências contam-se formadores de opinião locais, professores universitários, estudantes, organizações não governamentais e órgãos de comunicação regionais e locais.

No âmbito do programa, organizaram-se dois concursos abertos, um para ONG e outro para os órgãos de comunicação, tendo deles resultado 38 projectos educacionais e de informação, que beneficiarão de um co-financiamento do Gabinete do Comité para a Integração Europeia no valor de 1.301.219 PLN.

Arrancou em 10 de Outubro de 2005 um projecto especial para estudantes entre os 13 e os 19 anos com o tema "A minha escola na União Europeia". Este projecto é a continuação de um concurso anual para grupos de estudantes que organizam eventos e redigem ensaios sobre diversas questões europeias. No ano em curso, no âmbito do debate europeu, os temas do concurso serão as oportunidades que se oferecem aos jovens na União Europeia (para o grupo dos mais jovens) e um comentário sobre uma citação de Jean Monnet sobre a essência da integração europeia.



O GCEI e o Ministério dos Negócios Estrangeiros elaboraram publicações especiais que complementam o debate. Estas publicações estão disponíveis nos centros de informação europeia, em encontros e conferências, bem como no sítio da Internet.

Os cidadãos têm também a possibilidade de participar no debate europeu através do sítio interactivo do GCEI na Internet [www.debata.ukie.gov.pl](http://www.debata.ukie.gov.pl), em que podem exprimir as suas opiniões sobre as propostas de soluções jurídicas debatidas nas instituições europeias.

O *Debate Público sobre a Europa* iniciado em 2005 prosseguirá em 2006. Os programas de actividades de informação para 2006 compreenderão os princípios que estão subjacentes ao programa em matéria de comunicação, adaptado aos planos apresentados pela Comissão Europeia no seu *Plano D – para a Democracia, o Diálogo e o Debate*.

---

## CONTRIBUTO DA DELEGAÇÃO PORTUGUESA

O Governo português atribui grande importância ao debate alargado sobre questões europeias decido à luz das conclusões do Conselho Europeu de Junho e da contribuição da Comissão para o período de reflexão – "Plano D" – apresentado em Outubro. Para o efeito, foi planeado um programa abrangente com o duplo objectivo de estimular um verdadeiro debate nacional, envolvendo diversos representantes da sociedade civil, e de disponibilizar ao público elementos de informação sobre temas europeus, incluindo *inter alia*, o processo de adesão de Portugal, os benefícios concretos advenientes da integração de Portugal na UE e o Tratado Constitucional.

Em termos mais específicos, o Governo Português tenciona criar um "Fórum para o Debate Europeu", composto de personalidades nacionais com experiência profissional e pessoal em questões europeias. Este Fórum promoverá um ciclo abrangente de conferências, colóquios, e mesas redondas em todo o país, em estreita articulação com a administração local, círculos universitários e meios empresariais. O Governo apoiará e participará em outros eventos que serão programados e organizados por diversas entidades, tais como centros de reflexão orientados para as questões internacionais e europeias. Para além disso, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, através do seu Instituto Diplomático, constituiu um grupo de reflexão interna sobre o Tratado Constitucional, composto de diplomatas, professores universitários, investigadores e jornalistas. O MNE irá também criar um site novo e interactivo sobre "Portugal e a Europa".

O Governo Português também apoiou, e continuará a fazê-lo, iniciativas neste âmbito lançadas pela Representação da Comissão e pela Delegação do Parlamento Europeu em Lisboa, juntamente com o Centro de Documentação e Informação Europeia Jacques Delors, em Lisboa.

O programa do Governo será levado a cabo em estreita colaboração com as iniciativas da Assembleia da República, as quais incluem audiências públicas sobre temas europeus, contactos com o Parlamento Europeu e consultas com diversas organizações e entidades da sociedade civil, destinadas a recolher opiniões e sugestões sobre o futuro da União.

### CONTRIBUTO DA DELEGAÇÃO ESLOVENA

Na Eslovénia, o Gabinete Governamental para as Relações Públicas e a Comunicação Social (PRMO) tem liderado a campanha de comunicação sobre a adesão à UE e as questões relativas à UE desde o período de pré-adesão, continuando a fazê-lo depois da adesão à UE.

A campanha de comunicação ou programa de informação ao público compreende:

1. informação directa do público, através:
  - de publicações,
  - do sítio internet <http://evropa.gov.si>,
  - da linha telefónica gratuita "evrofon 080 2002",
  - de postais especiais, distribuídos nos correios e estações ferroviárias, destinados a encomendar publicações, a pedir uma resposta a uma pergunta ou a dar uma opinião,
  - de apresentações e visitas a escolas e lugares públicos,
  - do principal centro de informação sobre questões relativas à UE em Ljubljana (Centro Evropa), co-financiado pelo governo (PRMO).
2. promoção do debate público, através:
  - do co-financiamento de acções de informação de ONG,
  - do co-financiamento e co-organização de mesas redondas, debates públicos e eventos similares em Ljubljana e noutros centros regionais,
  - de fóruns em rede
3. cooperação com os meios de comunicação social
  - operações de publicidade postal
  - artigos
  - organização de formação para jornalistas sobre questões relativas à UE

## CONSTITUIÇÃO EUROPEIA

O Parlamento esloveno ratificou a constituição em 1 de Fevereiro de 2005, muito antes do que se esperava antes de o novo Governo entrar em funções. No entanto, o PRMO tinha incluído a Constituição Europeia em todas as suas actividades regulares, tendo além disso publicado e distribuído uma brochura a todos os habitantes, lançado um fórum na Internet sobre essa questão, publicado artigos, distribuído postais para comunicação nos dois sentidos, etc.

## PLANO ADICIONAL DE ACTIVIDADES NO PERÍODO DE REFLEXÃO

O PRMO tem tido em consideração as orientações da Comissão Europeia para a acção local, no sentido de promover o diálogo e comunicar o impacto das políticas europeias na vida quotidiana dos cidadãos.

Neste contexto, o PRMO prossegue todas as referidas actividades, instrumentos e canais de comunicação já estabelecidos, estando além disso a organizar e a co-financiar apresentações e debates públicos, tentando realizar o maior número possível a nível local.

Além disso:

- ✓ No princípio de 2005, o PRMO passou a ser a instância intermédia para a introdução na Eslovénia de Centros de Informação *Europe Direct*, co-financiados pela Comissão, que começaram a funcionar plenamente em Maio de 2005. Tendo em vista as acções a nível local, o PRMO está a pensar seriamente em lançar um concurso para o co-financiamento de centros de informação em todas as outras regiões não cobertas pelos centros da Comissão. Esses centros serão responsáveis pela organização de debates públicos na sua região.
- ✓ O PRMO lançou um concurso público em Novembro de 2005 para o co-financiamento de ONG na organização de debates públicos sobre as seguintes questões prioritárias:
  - o euro
  - as fronteiras externas da UE
  - o futuro da Europa
  - a diversidade e os valores da EuropaEsses debates terão lugar em Janeiro de 2006.

- ✓ Como introdução para a "Campanha do euro" na Eslovénia, entre outras actividades o PRMO, em cooperação com a Representação Permanente da Comissão Europeia na Eslovénia, está a preparar para 17 de Março de 2006 uma conferência nacional sobre o euro, em que os debates incidirão também sobre questões europeias mais vastas. A conferência terá a participação de políticos eslovenos ao mais alto nível, do Comissário Potocnik, etc. Além disso, em Fevereiro de 2006 será distribuída uma brochura sobre o euro a todos os habitantes, devendo o sítio Internet interactivo sobre o euro ser lançado em Janeiro-Fevereiro do mesmo ano.
-

### CONTRIBUTO DA DELEGAÇÃO ESLOVACA

Nos próximos dias, o Governo da República Eslovaca irá pôr em prática o projecto intitulado "Ouvir a opinião pública" mediante a preparação e a condução de diversos debates destinados aos diferentes estratos da sociedade eslovaca. Realizar-se-á até ao final de 2005, nomeadamente, uma conferência internacional subordinada ao tema "A União Europeia hoje e amanhã", que conta com a participação de peritos e de professores universitários. A conferência centrar-se-á em questões relacionadas com as políticas da UE numa Europa alargada. Além disso, até ao final de 2005, será difundido um programa televisivo destinado a apresentar os gabinetes regionais de informação "Europe Direct", com a intenção de divulgar a informação de que esses gabinetes irão organizar conferências, painéis de debate e seminários destinados a informar os representantes das organizações não-governamentais, os órgãos regionais autónomos e a sociedade civil ao longo de 2006.

O debate incluirá questões relacionadas com o desenvolvimento económico e social na Europa, e o seu papel enquanto interveniente mundial. Essas actividades serão coordenadas e implementadas em cooperação com a representação da Comissão Europeia na República Eslovaca.

Além disso, serão levadas a cabo actividades de informação conjuntas do Parlamento Europeu e das instituições eslovacas no período de reflexão após a realização dos referendos em França e nos Países Baixos. Esses debates a nível nacional realizar-se-ão com a participação de representantes da sociedade civil, de jornalistas e das ONG pertinentes. A Secretaria do Governo da República Eslovaca coordenará fóruns de debate regional com a participação de representantes de órgãos regionais autónomos e de deputados do Parlamento Europeu (eleitos pela República Eslovaca), que participarão na qualidade de "embaixadores de boa vontade". No portal Internet "euroinfo.gov.sk", será efectuado um debate com um moderador sobre o futuro da Europa, e os resultados dos debates serão publicados. Serão difundidos duas vezes por mês programas televisivos sobre o futuro da Europa, as políticas e as principais questões do plano de acção e o Plano D.

A forma de comunicação unilateral será levada a cabo através da página Internet "euroinfo", de centros de chamadas e de informação localizados em diferentes regiões da República Eslovaca. No aniversário da adesão da Eslováquia à União Europeia (1 de Maio) e no dia da Europa (9 de Maio) realizar-se-ão debates com um painel constituído por altos representantes da União Europeia e membros do Parlamento Europeu.

A Convenção Nacional sobre a UE, que constitui um dos mais importantes fóruns de debate público, desempenhará também um papel essencial durante o período de reflexão, e reforçará o diálogo na sociedade civil através de inúmeras conferências e debates ao nível regional e nacional.

---

## FINLÂNDIA

### CONTRIBUTO DA DELEGAÇÃO FINLANDESA

Na Finlândia, houve um amplo debate durante e a seguir aos trabalhos da Convenção Europeia e da Conferência Intergovernamental sobre o Tratado Constitucional e o futuro da União Europeia.

Foram organizados vários fóruns de debate, seminários e exposições em todo o país. Realizaram-se duas séries de fóruns de debate alargado que no Outono de 2003 abrangeram 21 cidades do país e na Primavera de 2005 se estenderam a 23 cidades. O Governo e as ONG empenharam-se vivamente neste processo.

Em 25 de Novembro de 2005, o Governo da Finlândia apresentou um relatório ao Parlamento sobre o Tratado Constitucional. Para além de fomentar, o debate no Parlamento, este visa igualmente contribuir para o debate público sobre o futuro da União Europeia. No segundo semestre de 2006, a Presidência Finlandesa continuará a manter, como prioridade da agenda nacional, as questões relacionadas com a UE.

Os planos actualmente previstos para 2006 são os seguintes:

- O Governo organizará um **fórum das ONG nacionais** no primeiro semestre de 2006. O Governo organizou oito fóruns semelhantes, entre 2001 e 2003, centrados sobre temas relacionados com o futuro da UE. Foram convidadas cerca de 100 ONG para um encontro com o Primeiro-Ministro e outros Ministros a fim de manifestarem a sua visão do modo como se deverá processar o desenvolvimento da UE.
- O Governo dará **apoio financeiro** às ONG no tocante às **actividades de informação relacionadas com a UE**. Este apoio é atribuído numa base anual. Em 2005, o montante global elevou-se a 805 000 €. Em 2006, o financiamento privilegiará o debate sobre o futuro da UE. Esse apoio será atribuído tanto às ONG pró-UE como às anti-UE.
- Serão organizados alguns **fóruns e seminários de debate aberto**, na capital e províncias, com a participação de políticos, funcionários públicos e representantes de outras organizações.



- As **páginas web** já lançadas durante os trabalhos da Convenção e da CIG nos sítios Web do Governo e do Ministério dos Negócios Estrangeiros mantêm-se disponíveis em 2006. Todos os documentos relativos ao processo do Tratado Constitucional se encontram reunidos nestas páginas. O sítio especial web lançado inicialmente como fórum de debate sobre o futuro da Europa foi encerrado, mas o debate transitou para o sítio Web Ministério dos Negócios Estrangeiros/informação sobre a Europa.
  
  - Os 20 **Gabinetes** regionais **de Informação da Europa** continuam a dar resposta às perguntas apresentadas, a fornecer material e a organizar palestras sobre o Tratado Constitucional e a UE em geral. Além disso, estará patente nas bibliotecas de todo país uma exposição itinerante a explicar o Tratado.
-

### CONTRIBUTO DA DELEGAÇÃO SUECA

No intuito de reforçar o debate sobre a UE durante o período de reflexão, o Governo desenvolveu uma acção específica.

Em 20 de Outubro de 2005, o Governo decidiu alargar e prorrogar o mandato do Comité UE 2004, que foi criado em 2001 e desempenhou um papel vital na Suécia no âmbito do debate realizado sobre a Convenção sobre o Futuro da Europa (2002-2003) e da Conferência Intergovernamental (2003-2004) sobre o Tratado Constitucional. O Comité é composto por representantes de todos os partidos políticos com assento no Parlamento sueco. Desde o início, a principal função do Comité consistiu em incentivar o debate público geral sobre o futuro da Europa, centrado principalmente nas questões políticas substanciais, mas igualmente em questões de carácter institucional relacionadas com o Tratado Constitucional.

A decisão do Governo de 20 de Outubro incluía um mandato alargado do Comité destinado a criar uma nova instância para enquadrar um debate activo e aberto, com a participação tanto do público em geral como de grupos e de organizações específicos. O objectivo é envolver a sociedade civil num debate mais aprofundado e a mais longo prazo. Essa instância deverá estar aberta a todas as opiniões e análises políticas.

O Comité projecta organizar várias actividades em todo o país durante o período de reflexão. Os jovens constituem um dos principais grupos-alvo e o Comité propõe-se dedicar mais esforço à informação dos professores. A Internet funcionará como o principal canal de informação e debate. O Comité cooperará estreitamente com outras organizações, designadamente na gestão de actividades.

Na Primavera de 2006, o Comité apresentará um relatório sobre os resultados do debate.

### CONTRIBUTO DA DELEGAÇÃO DO REINO UNIDO

#### Introdução

As actividades do Reino Unido durante o período de reflexão podem dividir-se em duas fases. A primeira fase, de Julho a Dezembro de 2005, inclui as actividades desenvolvidas pela Presidência britânica. A segunda fase terá início em Janeiro de 2006 e estender-se-á além do Conselho Europeu de Junho do mesmo ano. O objectivo de cada fase é essencialmente o mesmo: proporcionar um debate generalizado e chegar a consenso sobre o futuro da União Europeia. É nosso desejo avaliar o resultado destas actividades antes do Conselho Europeu de Junho do ano que vem.

#### Fase 1: Julho a Dezembro de 2005

Desde a Declaração sobre o Tratado Constitucional, feita pelo Conselho Europeu de Junho de 2005, o Reino Unido empreendeu uma série de actividades destinadas a proporcionar um amplo debate sobre o futuro da União Europeia. A nível da UE, a Cimeira de Hampton Court revelou com clareza o modo como a Europa responde aos desafios e às oportunidades oferecidas pela globalização. A Presidência britânica organizou ainda, em colaboração com o Governo alemão, a Conferência "Partilhar o Poder na Europa" onde foi abordada a questão de como garantir o equilíbrio entre as acções desenvolvidas a nível regional, nacional e europeu.

No Reino Unido, o Primeiro-Ministro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Commonwealth, o Ministro-Adjunto dos Assuntos Europeus e outros Ministros com pastas relevantes, pronunciaram, todos eles, discursos importantes para promover o debate sobre o futuro da Europa. No mesmo contexto, as brochuras publicadas pelo Chanceler do Tesouro e pelo Ministro-Adjunto dos Assuntos Europeus tentaram contribuir para esse objectivo. Outros intervenientes-chave, nomeadamente os parceiros sociais, foram alvo de eventos, conferências e comunicações em linha e fora de linha. Foram também prestadas informações à opinião pública britânica através de meios de comunicação regionais e de toda uma gama de publicações.

## Fase 2: Janeiro de 2006 a Junho de 2006 e mais além

No Ano Novo, o Reino Unido prevê lançar uma nova página na internet para prestar informações sobre a União Europeia e o futuro do debate sobre a Europa. O Reino Unido continuará a trabalhar empenhando-se no diálogo com intervenientes-chave – na esfera comercial, governamental e da sociedade civil – sobre temas relacionados com este debate. Por último, o Reino Unido trabalhará em parceria com a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu, de molde a coordenar as actividades, nomeadamente as de implementação do Plano D. O Governo britânico pretende, particularmente, trabalhar em estreita cooperação com a Comissão Europeia para que o projecto "Europe Direct" se torne um verdadeiro sucesso.

---